



Rendimento de todas as fontes 2022

PNAD

CONTÍNUA

 ISBN 978-85-240-4565-3
 © IBGE, 2023

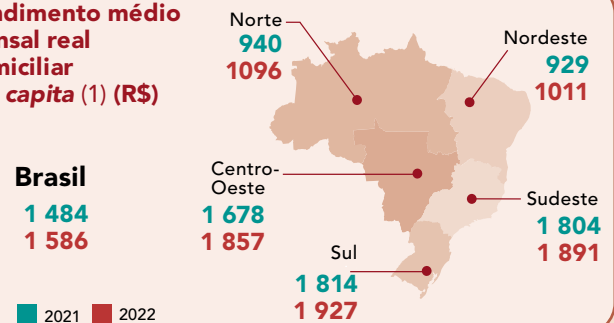
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil¹.

Dada a importância, o peso e a variabilidade dos rendimentos do trabalho, na PNAD Contínua sua captação é feita de duas formas. A primeira se refere ao rendimento bruto recebido no mês de referência pelo trabalho, classificado como rendimento efetivo do trabalho. A segunda forma se refere ao rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, classificado como rendimento habitual do trabalho. Ambos são investigados em todas as entrevistas para moradores de 14 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência.

O rendimento de outras fontes², por outro lado, é pesquisado na primeira e na quinta entrevista, para todos os moradores do domicílio, e o valor considerado é o recebido no mês de referência da pesquisa.

Neste informativo são utilizadas as informações dos rendimentos habitualmente recebidos de todos os trabalhos e dos recebidos de outras fontes no mês de referência, deflacionados³ a preços médios de 2022. Adicionalmente, para o cálculo dos indicadores, são considerados os dados acumulados de primeira entrevista, entre 2012 e 2019, e os de quinta entrevista entre 2020 e 2022, devido ao melhor aproveitamento da amostra durante o período de pandemia da COVID-19⁴.

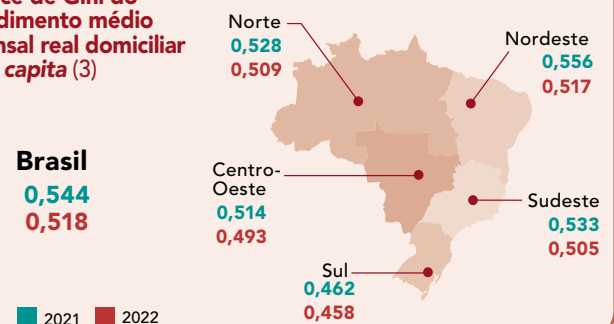
Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (1) (R\$)



Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de Rendimento	2019 (%)	2021 (%)	2022 (%)
Todos os trabalhos (2)	74,4	75,3	74,5
Aposentadoria e pensão	18,7	18,2	18,1
Aluguel e arrendamento	2,4	1,7	1,9
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	0,9	0,9
Outros rendimentos	3,4	4,0	4,6

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3)



¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=36796>.

² O rendimento proveniente de outras fontes é composto pelo rendimento efetivamente recebido no mês de referência, de: programas sociais do governo (Auxílio Brasil/Programa Bolsa Família, BPC-LOAS, outros programas sociais do governo); aposentadoria ou pensão de instituto de previdência oficial federal, estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal; aluguel e arrendamento; seguro-desemprego ou seguro-defeso; pensão alimentícia, doação e mesada de não morador; e outros rendimentos, em que estão incluídos rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais, exploração de patentes etc.

³ Os indicadores de rendimento do trabalho investigados pela PNAD Contínua são divulgados em termos nominais e em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. Para informações complementares, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD Contínua*. Rio de Janeiro, 16 out. 2018. 3 p. Nota técnica maio/2015 (atualizada em out./2018). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2023.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes 2020*. Rio de Janeiro, 19 nov. 2021. 3 p. Nota técnica 05/2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2023.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022.

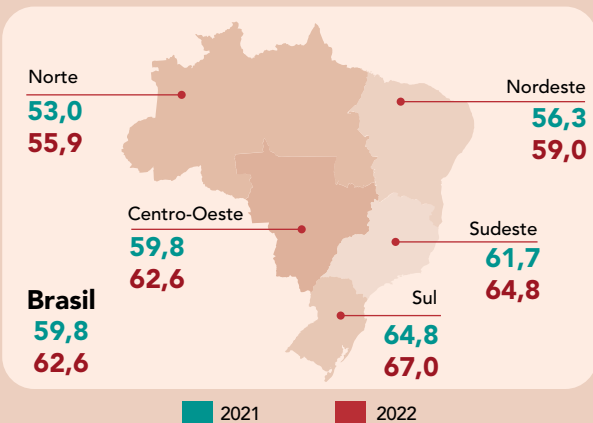
(1) A preços médios de 2022. (2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (3) A preços médios do ano.

População residente com rendimento

Em 2022, foram estimadas 214,2 milhões de pessoas residentes no País, ante 197,7 milhões em 2012. A Região Sudeste concentrava a maior parte da população (42,1%), seguida das Regiões Nordeste (27,0%), Sul (14,3%), Norte (8,8%) e Centro-Oeste (7,8%).

Do total de pessoas residentes no Brasil em 2022, 134,1 milhões (62,6%) possuíam algum tipo de rendimento. A Região Sul (67,0%) apresentou a maior estimativa em todos os anos da série histórica iniciada em 2012, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, as menores (55,9% e 59,0%, respectivamente). Na comparação com 2021, todas as Grandes Regiões apresentaram aumento do percentual de pessoas com rendimento no total da população residente.

Pessoas com rendimento na população residente, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.
Nota: Acumulado de quintas visitas.

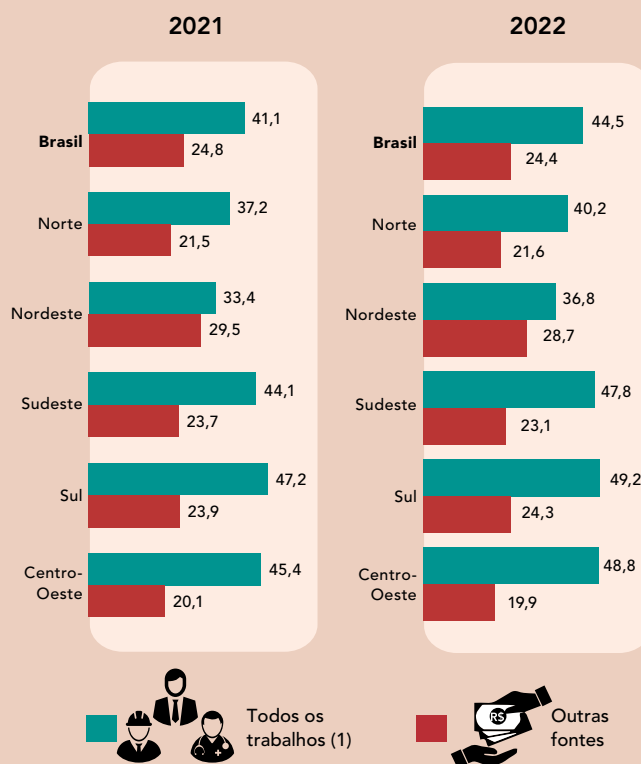
Distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido

Em 2022, o contingente de pessoas que possuíam rendimento de todos os trabalhos correspondia a 44,5% (95,2 milhões) da população residente, *vis-à-vis* 41,1% (87,5 milhões) em 2021. Por outro lado, 24,4% (52,2 milhões) dos residentes possuíam algum rendimento proveniente de outras fontes em 2022, enquanto, em 2021, essa estimativa era de 24,8% (52,8 milhões).

A tendência de aumento da parcela correspondente ao rendimento do trabalho e queda do peso do rendimento de outras fontes, iniciada em 2021, permaneceu em 2022. Entretanto, como o aumento do peso do trabalho compensou a queda da parcela da população recebendo rendimento de outras fontes, a redução do percentual da população com algum tipo de rendimento, ocorrida nos dois primeiros anos da pandemia, foi interrompida em 2022.

Regionalmente, em 2022, a Região Sul permaneceu com o maior percentual de pessoas com rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos (49,2%). A Região Nordeste, por outro lado, registrava o menor percentual de pessoas com este rendimento (36,8%) e o maior percentual daquelas que recebiam de outras fontes (28,7%).

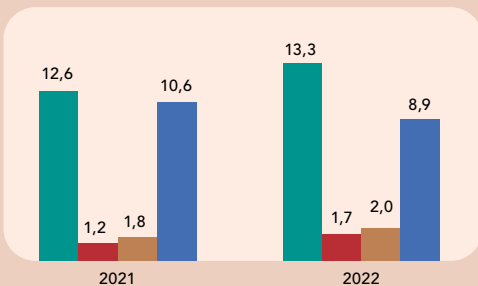
Pessoas com rendimento na população residente, por tipo de rendimento, segundo as Grandes Regiões (%)



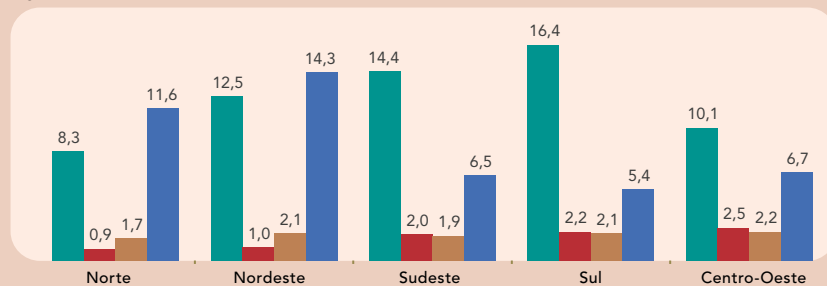
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.
Nota: Acumulado de quintas visitas.
(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Pessoas com rendimento proveniente de outras fontes, na população residente, por tipo de rendimento (%)

Brasil
2021-2022



Grandes Regiões
2022



Aposentadoria ou pensão



Aluguel e arrendamento



Pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador



Outros rendimentos

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

Nota: Acumulado de quintas visitas.

Na análise regional, os resultados mostraram que, nas Regiões Norte e Nordeste, os percentuais de pessoas que recebiam outros rendimentos (11,6% e 14,3%, respectivamente) se destacavam dentre aqueles observados nas demais Regiões, com valores superiores à média do País (8,9%). Observa-se que o percentual de

pessoas que recebiam outros rendimentos nessas Regiões, também, foi superior ao daquelas que recebiam quaisquer das outras fontes de rendimento não oriundas do trabalho. Esse cenário pode ser explicado, em parte, pelo perfil etário mais jovem de sua população, se comparada às demais Regiões, e ao fato de apresentarem

significativa parcela de beneficiários de programas sociais.

Aposentadoria e pensão registrou os maiores percentuais, dentre as categorias que compõem o rendimento de outras fontes, nas Regiões Sudeste (14,4%), Sul (16,4%) e Centro-Oeste (10,1%), que têm uma população mais envelhecida.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento

De todas as fontes

Observando-se a série histórica, de 2012 a 2019, o rendimento médio real de todas as fontes teve crescimento de 4,3% (de R\$ 2 600 para R\$ 2 711). Com a pandemia, o rendimento de todas as fontes se reduziu em 3,4% em 2020 e 5,2% em 2021. No entanto, em 2022, este apresentou aumento de 2,0%, fechando a série em R\$ 2 533, valor 2,6% menor que o do início da série em 2012.

Em 2022, o rendimento médio mensal real de todas as fontes se apresentou de maneira bastante distinta entre as Grandes Regiões: a Região Centro-Oeste registrou o maior valor (R\$ 2 964), seguida pelas Regiões Sudeste (R\$ 2 917) e Sul (R\$ 2 874), enquanto o menor foi verificado na Região

Nordeste (R\$ 1 714). De 2021 para 2022, apenas a Região Sudeste não apresentou elevação do rendimento de todas as fontes, ao passo que a Norte teve o maior aumento (de R\$ 1 775 para R\$ 1 960).

De todos os trabalhos

O rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos (calculado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência) foi estimado em R\$ 2 659 em 2022, mantendo a tendência de queda iniciada em 2021. Considerando a série histórica, o rendimento habitual de todos os trabalhos teve crescimento de 4,3% entre 2012 e 2019 (de R\$ 2 684 para R\$ 2 800), aumentando novamente no primeiro ano da

pandemia quando atingiu o maior valor da série (R\$ 2 896). No entanto, o rendimento do trabalho caiu 6,3% entre 2020 e 2021 e 2,1% entre 2021 e 2022.

Assim como observado no rendimento de todas as fontes, as Regiões Nordeste (R\$ 1 812) e Norte (R\$ 2 076) registraram os menores valores para o rendimento habitual do trabalho, ao passo que as Regiões Centro-Oeste (R\$ 3 034), Sudeste (R\$ 3 002) e Sul (R\$ 2 962), os maiores. Em relação ao ano de 2021, houve redução do rendimento habitual do trabalho nas Regiões Nordeste (queda de 3,6%) e Sudeste (queda de 3,5%), certa estabilidade na Região Sul (0,6%) e aumento nas Regiões Norte (3,3%) e Centro-Oeste (1,8%).

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (R\$)

Brasil e Grandes Regiões	Tipo de rendimento	Ano										
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	Todas as fontes	2 600	2 663	2 726	2 647	2 636	2 644	2 712	2 711	2 618	2 483	2 533
	Todos os trabalhos (1)	2 684	2 774	2 859	2 749	2 759	2 749	2 808	2 800	2 896	2 715	2 659
	Outras fontes	1 698	1 694	1 724	1 732	1 707	1 754	1 802	1 811	1 532	1 478	1 657
	Aposentadoria e pensão	2 198	2 232	2 301	2 259	2 263	2 288	2 366	2 392	2 270	2 147	2 161
	Aluguel e arrendamento	2 128	1 997	2 080	2 208	2 048	2 060	2 027	2 024	1 921	1 989	1 755
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	727	785	793	779	760	776	789	765	764	731	688
	Outros rendimentos	799	754	692	732	681	710	711	715	803	562	814
Norte	Todas as fontes	2 045	2 016	2 035	1 989	1 844	1 900	2 044	1 910	1 910	1 775	1 960
	Todos os trabalhos (1)	2 174	2 152	2 182	2 124	1 992	2 052	2 164	2 022	2 113	2 010	2 076
	Outras fontes	1 136	1 124	1 157	1 140	1 043	1 092	1 261	1 174	1 072	894	1 211
	Aposentadoria e pensão	1 825	1 825	1 826	1 837	1 766	1 861	2 115	2 011	1 795	1 689	1 926
	Aluguel e arrendamento	1 745	2 043	1 798	1 905	1 337	1 308	1 756	1 377	1 233	1 389	1 519
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	627	573	702	613	652	584	635	644	595	419	550
	Outros rendimentos	565	517	560	559	489	501	540	507	749	435	680
Nordeste	Todas as fontes	1 713	1 769	1 828	1 806	1 763	1 800	1 781	1 833	1 853	1 650	1 714
	Todos os trabalhos (1)	1 809	1 895	1 955	1 906	1 883	1 934	1 901	1 940	2 088	1 879	1 812
	Outras fontes	1 114	1 122	1 148	1 186	1 168	1 196	1 188	1 257	1 189	1 023	1 203
	Aposentadoria e pensão	1 790	1 810	1 821	1 876	1 870	1 891	1 882	2 001	1 911	1 801	1 803
	Aluguel e arrendamento	1 376	1 397	1 546	1 683	1 551	1 489	1 458	1 547	1 498	1 305	1 165
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	517	513	524	505	502	518	495	512	527	426	427
	Outros rendimentos	482	482	502	513	467	488	484	477	739	458	690
Sudeste	Todas as fontes	3 022	3 099	3 193	3 101	3 136	3 076	3 198	3 186	3 035	2 926	2 917
	Todos os trabalhos (1)	3 044	3 153	3 280	3 150	3 210	3 110	3 221	3 201	3 292	3 110	3 002
	Outras fontes	2 135	2 118	2 161	2 168	2 137	2 170	2 248	2 229	1 792	1 824	1 969
	Aposentadoria e pensão	2 387	2 441	2 544	2 469	2 485	2 493	2 615	2 614	2 496	2 340	2 337
	Aluguel e arrendamento	2 458	2 235	2 392	2 548	2 272	2 372	2 290	2 322	2 158	2 261	1 815
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	890	1 010	1 027	1 033	941	972	962	907	895	958	845
	Outros rendimentos	1 249	1 110	941	1 014	1 020	1 014	1 025	1 037	866	711	1 000
Sul	Todas as fontes	2 939	3 017	3 068	2 948	2 919	2 990	3 021	3 044	2 913	2 800	2 874
	Todos os trabalhos (1)	2 966	3 068	3 147	3 009	2 986	3 033	3 059	3 110	3 118	2 944	2 962
	Outras fontes	1 983	1 999	2 037	1 997	1 953	2 077	2 089	2 027	1 757	1 783	1 926
	Aposentadoria e pensão	2 240	2 294	2 373	2 265	2 236	2 328	2 356	2 316	2 202	2 166	2 163
	Aluguel e arrendamento	2 261	2 044	2 051	2 105	2 207	2 115	2 032	1 912	1 933	2 108	1 982
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	774	852	853	861	825	876	976	904	897	874	791
	Outros rendimentos	1 017	1 001	893	1 005	849	976	925	925	879	602	972
Centro-Oeste	Todas as fontes	3 021	3 083	3 118	2 994	2 949	3 050	3 059	3 017	2 919	2 806	2 964
	Todos os trabalhos (1)	3 116	3 165	3 231	3 095	3 024	3 108	3 122	3 040	3 138	2 981	3 034
	Outras fontes	1 859	1 915	1 905	1 886	1 967	2 026	2 004	2 102	1 661	1 618	1 900
	Aposentadoria e pensão	2 710	2 624	2 704	2 652	2 763	2 719	2 767	2 940	2 682	2 418	2 538
	Aluguel e arrendamento	1 889	1 859	1 966	1 949	2 002	1 935	1 866	1 926	1 722	1 831	2 077
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	780	761	720	785	814	815	794	740	758	761	775
	Outros rendimentos	767	958	811	788	747	861	779	792	797	621	780

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022.

Notas: 1. A preços médios de 2022.

2. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

De outras fontes

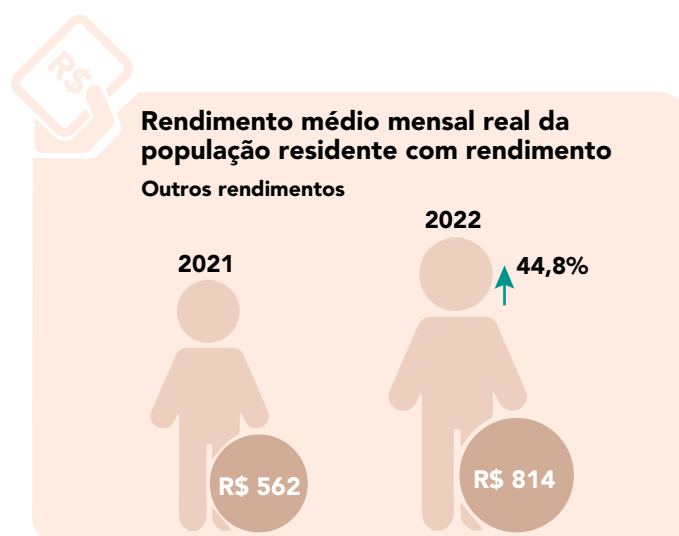
De 2012 (R\$ 1 698) a 2019 (R\$ 1 811) o rendimento médio mensal real proveniente de outras fontes acumulou ganho de 6,7%, alcançando o valor máximo da série histórica. Em 2020, contudo, o rendimento de outras fontes registrou forte queda, de 15,4%, baixando para R\$ 1 532, tendência mantida em 2021, quando o rendimento médio de outras fontes foi estimado em R\$ 1 478, levando a estimativa ao menor valor da série. Em 2022, no entanto, o rendimento de outras fontes voltou a crescer (12,1%), sendo estimado em R\$ 1 657. O movimento de elevação ocorreu em todas as Grandes Regiões, variando apenas na sua intensidade: enquanto na Região Norte o aumento foi de 35,5% (de R\$ 894 para R\$ 1 211), as Regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram aumento de cerca de 18% e as Regiões Sul e Sudeste, de cerca de 8%.

Dentre todas as categorias que compõem o rendimento proveniente de outras fontes, o item aposentadoria e pensão manteve-se como o de maior média em 2022 (R\$ 2 161). Em todas as Grandes Regiões, a aposentadoria e pensão também representava a categoria de maior valor médio, variando de R\$ 1 803 na Região Nordeste a R\$ 2 538 na Região Centro-Oeste. Entre 2021 e 2022, houve elevação do seu valor na Centro-Oeste (5,0%) e, em maior medida, na Norte (14,0%).

Os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento tiveram valor médio de R\$ 1 755 em 2022, redução de 11,8% quando comparado ao estimado para 2021 (R\$ 1 989). Em termos regionais, apenas nas Regiões Norte (9,4%) e Centro-Oeste (13,4%) houve aumento do valor médio do rendimento de aluguel e arrendamento no período. A maior redução ocorreu na Região Sudeste (queda de 19,7%), onde o valor médio foi estimado abaixo de R\$ 2 000 pela primeira vez na série (R\$ 1 815 em 2022).

Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador totalizavam, em média, R\$ 688, valor 5,9% abaixo do estimado no ano anterior (R\$ 731). As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores perdas nesse rendimento entre 2021 e 2022: 11,8% e 9,5%, respectivamente.

Em 2022, as pessoas que declararam possuir outros rendimentos, além dos anteriormente citados, recebiam em média R\$ 814. Esse valor foi o maior da série histórica e, se comparado ao estimado para 2021 (R\$ 562), apresentou elevação de 44,8%. O significativo aumento de valor médio de outros rendimentos, entre 2021 e 2022, ocorreu em todas as Grandes Regiões, com destaque para as Regiões Sul (61,5%), Norte (56,3%) e Nordeste (50,7%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

Nota: 1. A preços de 2022.

2. Acumulado de quintas visitas.

Rendimento do trabalho

Massa de rendimento mensal real de todos os trabalhos da população ocupada

Em 2022, o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos resultou em uma massa mensal de rendimento de R\$ 253,1 bilhões. Analisando a série histórica, a massa de rendimento teve movimento de expansão entre 2012 e 2019 (crescimento de 11,7%), com posterior queda no período da pandemia (perdas de 5,6% em 2020 e de 3,2% em 2021) e recuperação de 6,6% entre 2021 e 2022.

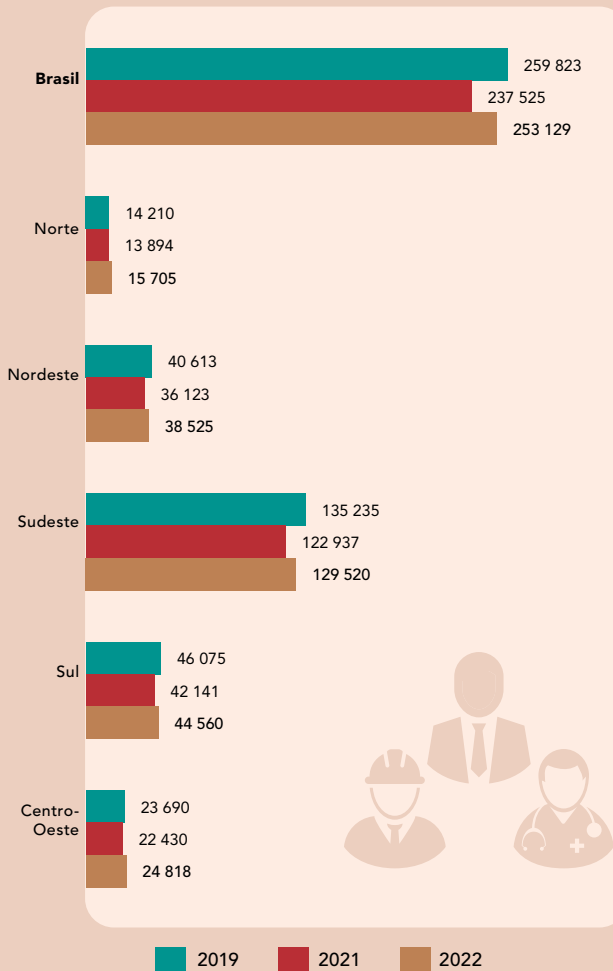
Dentre os fatores que ajudaram a explicar o aumento da massa de rendimento do trabalho, entre 2021 e 2022, está o crescimento da população ocupada, que preponderou sobre a queda do rendimento médio do trabalho no período.

Por um lado, a população ocupada cresceu 8,8%, passando de 87,5 para 95,2 milhões de pessoas, maior valor da série. Este crescimento de 7,7 milhões de pessoas foi mais que suficiente para recuperar as perdas ocorridas durante a pandemia, uma vez que, em

2019, a população ocupada tinha totalizado 92,8 milhões de pessoas. Por outro lado, esta nova população ocupada contribuiu para reduzir o rendimento médio do trabalho em 2,1%, o que se deve à entrada no mercado de trabalho de pessoas com menor remuneração, puxando a média do rendimento para baixo. No entanto, para justificar a elevação da massa de rendimento no País entre 2021 e 2022, pesou mais o aumento da ocupação que a redução do rendimento médio.

Em termos regionais, a Região Sudeste continuou registrando a maior massa de rendimento do trabalho em 2022 (R\$ 129,5 bilhões), seguida pela Região Sul (R\$ 44,6 bilhões), cujo valor, no entanto, correspondia a 1/3 do registrado na primeira. Por outro lado, a menor massa foi registrada pela Região Norte (R\$ 15,7 bilhões). Em todas as Grandes Regiões houve tendência de elevação da massa de rendimento do trabalho entre 2021 e 2022, explicadas principalmente pelo aumento da ocupação.

Massa do rendimento mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões (milhões R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022.

- Notas: 1. A preços médios de 2022.
 2. Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.
 3. Para 2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2021-2022, acumulado de quintas visitas.

Índice de Gini⁵ do rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos

A análise da série histórica do índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos mostra que, entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução deste indicador, passando de 0,504 para 0,490. A partir de 2016, entretanto, o índice aumentou para 0,498, valor no qual se manteve em 2017, e alcançou os maiores valores da série (0,506) em 2018 e 2019. Com a pandemia de COVID-19 e a redução brusca de ocupação, sobretudo entre os trabalhadores precariamente inseridos no mercado de trabalho, a desigualdade do rendimento do trabalho diminuiu, fa-

⁵O índice de Gini é uma medida de concentração de uma distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

zendo o índice de Gini cair a 0,500 em 2020 e oscilar para 0,499 em 2021. Já em 2022, o aumento substantivo da ocupação⁶ parece ter incorporado trabalhadores com rendimentos menos desiguais, fazendo o índice de Gini cair ao menor valor da série (0,486).

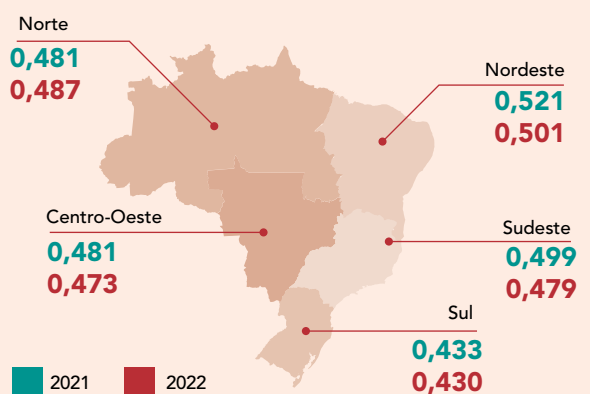
As estimativas do Gini do rendimento do trabalho para 2022 foram as menores da série em quase todas as Grandes Regiões, exceto pela Norte, cuja mínima ocorreu em 2021. Dentre as Grandes Regiões, a Sul (0,430) e a Centro-Oeste (0,473) apresentaram os menores índices, enquanto a Região Nordeste (0,501), o maior, mantendo-se como a Região com a distribuição de rendimentos do trabalho mais desigual do País. De 2021 para 2022, as Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram as maiores reduções no índice (queda de 0,020 cada), ao passo que apenas a Região Norte apresentou aumento da desigualdade do rendimento do trabalho no período (aumento de 0,006).

Índice de Gini do rendimento médio de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões

Brasil

2013	2014	2015	2016	2017
0,499	0,497	0,490	0,498	0,498
2018	2019	2020	2021	2022
0,506	0,506	0,500	0,499	0,486

Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022.

- Notas: 1. A preços médios do ano.
 2. Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.
 3. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

⁶Entre 2021 e 2022, o ganho de ocupação foi através do aumento sobretudo dos trabalhadores formais, que, em geral, costumam ter rendimentos menos desiguais. Também foi possível observar, por meio dos dados conjunturais da PNAD Contínua, um crescimento maior do rendimento médio dos trabalhadores informais, o que pode ter contribuído para a redução da desigualdade do rendimento do trabalho.

Rendimento domiciliar per capita

Participação dos diversos tipos de rendimento na composição do rendimento médio domiciliar per capita

O rendimento de todos os trabalhos compunha, em 2022, 74,5% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Os 25,5% provenientes de outras fontes se dividiam em rendimentos de aposentadoria e pensão (18,1%) em sua maioria, mas também em aluguel e arrendamento (1,9%); pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (0,9%); e outros rendimentos (4,6%).

Até 2014 houve aumento da parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita, atingindo o maior valor da série (76,9%) nesse ano. A partir de 2015, aumentou a parcela relativa a outras fontes de rendimento, motivado, sobretudo, pelo comportamento de alta das aposentadorias e pensões, que alcançou 18,7% em 2018 e 2019. Em 2020, no entanto, o aumento da participação das outras fontes se deu devido ao crescimento do peso da rubrica outros rendimentos (de 3,4% para 7,2%) com a criação do auxílio emergencial para fazer frente aos efeitos socioeconômicos da pandemia. Em 2021, com o início da flexibilização das medidas sanitárias e mudanças no auxílio emergencial, a parcela do rendimento do trabalho no rendimento domiciliar per capita se elevou para 75,3%, e as outras fontes perderam espaço principalmente pela redução do peso dos outros rendimentos (de 7,2% para 4,0%). Já em 2022, com a substituição do Programa Bolsa Família

pelo Auxílio Brasil, nos moldes mais parecidos ao antigo auxílio emergencial em termos de público-alvo e valor médio, a rubrica outras fontes voltou a aumentar (de 24,7% para 25,5%), muito explicada pelos outros rendimentos que passaram de 4,0% para 4,6%.

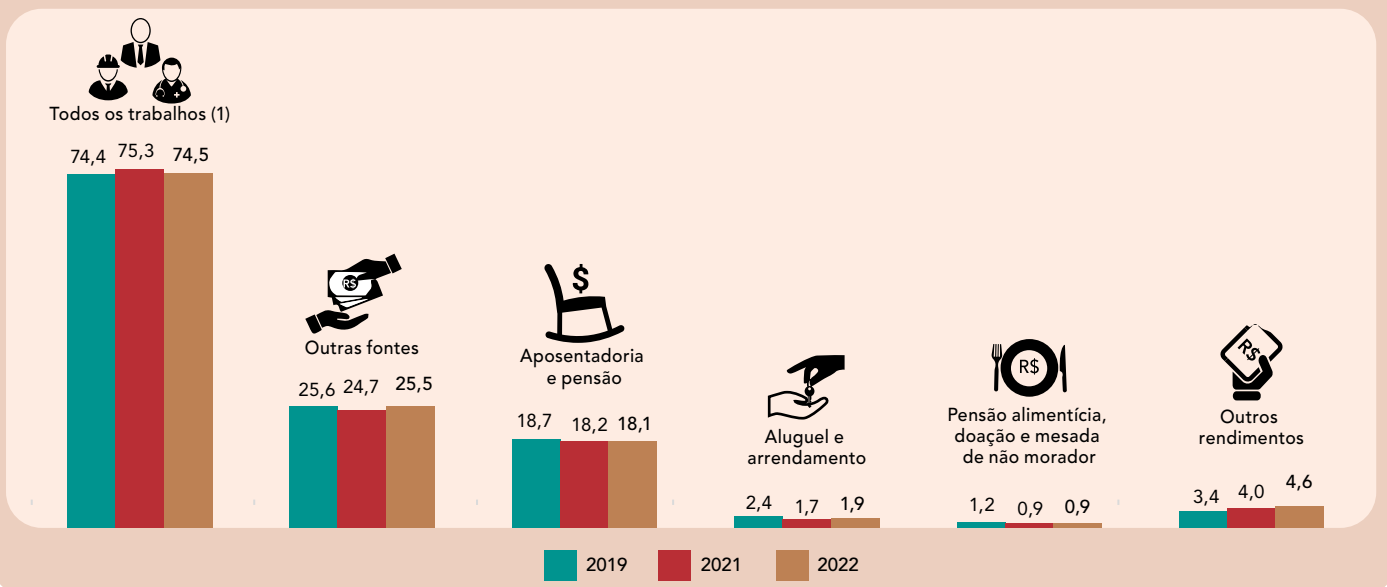
Entre as Grandes Regiões, houve diferenças importantes na composição do rendimento domiciliar per capita, destacando-se a participação do rendimento de todos os trabalhos, que variou de 65,9%, na Região Nordeste, a 79,7%, na Região Centro-Oeste em 2022. Em todas as Grandes Regiões houve aumento do peso das outras fontes entre 2021 e 2022, sobretudo nas Regiões Norte (de 20,5% para 23,8%) e Nordeste (de 32,4% para 34,1%).

O rendimento proveniente de aposentadoria e pensão também apresentou diferenças regionais importantes: nas Regiões Norte e Centro-Oeste, a participação foi de 14,5% e 13,9%, respectivamente, vis-à-vis a participação de 22,2% registrada na Região Nordeste, 18,5% na Região Sul e 17,8% na Região Sudeste.

Merece destaque a participação acima da média nacional da rubrica de outros rendimentos nas Regiões Norte (7,2%) e Nordeste (9,8%) em 2022, por causa do peso dos programas sociais nestas regiões. Entre 2021 e 2022 só a Região Centro-Oeste apresentou redução do peso dos outros rendimentos (de 3,1% para 2,8%).

Destaca-se também o peso de aluguel e arrendamento nas Regiões Sul (2,3%) e Centro-Oeste (2,7%), com esta rubrica puxando o aumento da participação das outras fontes nesta última entre 2021 e 2022.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2022.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Para 2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2021-2022, acumulado de quintas visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Todos os trabalhos (1)	74,5	76,2	65,9	75,9	75,7	79,7
Outras fontes	25,5	23,8	34,1	24,1	24,3	20,3
Aposentadoria e pensão	18,1	14,5	22,2	17,8	18,5	13,9
Aluguel e arrendamento	1,9	1,3	1,2	1,9	2,3	2,7
Pensão alimentícia, doação, mesada de não morador	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9
Outros rendimentos	4,6	7,2	9,8	3,4	2,7	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Acumulado de quintas visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Programas sociais do governo

No final de 2021, o pagamento do auxílio emergencial, criado em 2020 para fazer frente à pandemia da COVID-19, foi interrompido e o governo federal substituiu o Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil⁷. Inicialmente no valor médio de R\$ 400⁸ por família em situação de pobreza, o novo programa de transferência do governo teve um acréscimo de R\$ 200 no benefício durante o segundo semestre de 2022⁹.

Na presente pesquisa, o auxílio emergencial entrava na rubrica de outros programas sociais, enquanto o Programa Auxílio Brasil foi captado na pergunta que anteriormente mapeava o Programa Bolsa Família. Logo, entre 2021 e 2022, é possível observar uma

redução brusca da proporção de domicílios com algum beneficiário de outros programas sociais (de 15,4% para 1,5%), ao passo que aumentou a proporção de domicílios com algum beneficiário do Auxílio Brasil/Bolsa Família (de 8,6% para 16,9%). A proporção de domicílios que recebiam Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), por sua vez, passou de 3,1% para 3,7% no período.

Quando se analisa a série histórica, vê-se que a proporção de domicílios com algum beneficiário do Bolsa Família era de 16,6% em 2012, se reduzindo para 14,3% em 2019. Com o início da pandemia, em 2020, parte dos beneficiários do Bolsa Família passaram a receber o auxílio emergencial, o que explica a redução desta proporção para 7,2% em 2020 (e o aumento brusco da proporção de domicílios com recebedores de outros programas sociais para 23,7%).

Percentual de domicílios particulares permanentes por recebimento de programas sociais do governo, segundo as Grandes Regiões (%)

Brasil e Grandes Regiões	Recebimento de programas sociais do governo														
	Auxílio Brasil/Bolsa Família					BPC-LOAS					Outros programas sociais				
	2012	2019	2020	2021	2022	2012	2019	2020	2021	2022	2012	2019	2020 (1)	2021 (1)	2022
Brasil	16,6	14,3	7,2	8,6	16,9	2,5	3,5	3,1	3,1	3,7	1,4	0,7	23,7	15,4	1,5
Norte	28,4	26,3	12,9	14,7	29,1	3,8	5,7	5,0	4,2	5,5	2,7	0,5	32,2	21,9	2,9
Nordeste	34,8	29,0	14,2	17,6	33,8	4,4	5,4	4,5	4,9	5,3	1,7	0,8	34,0	25,0	2,1
Sudeste	8,0	7,5	4,0	4,7	9,3	1,5	2,5	2,4	2,3	2,9	1,2	0,6	19,7	11,5	0,9
Sul	7,2	5,1	2,9	3,0	6,3	1,6	2,1	1,7	1,9	2,2	0,8	0,5	14,4	8,3	1,1
Centro-Oeste	11,3	9,1	5,0	4,8	11,0	2,7	3,9	3,8	3,3	3,8	2,1	1,0	20,6	12,9	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Nota: Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

(1) Auxílio emergencial

⁷ O Programa Auxílio Brasil foi criado pela Lei n. 14.284, de 29.12.2021. Para detalhes, ver: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>.

⁸ A Medida Provisória n. 1076, de 07.12.2021, instituiu um benefício extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, garantindo o pagamento do valor mínimo de R\$ 400 por família. Para informações adicionais, ver: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/151187>.

⁹ A Emenda Constitucional n. 123, de 14.07.2022, garantiu a concessão de um acréscimo mensal extraordinário, durante cinco meses, de R\$ 200 às famílias beneficiárias do Auxílio Brasil. Para mais informações, ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc123.htm.

Em 2021, as mudanças no auxílio emergencial ocorridas com a flexibilização das medidas sanitárias (redução do número de parcelas pagas e do valor médio) fizeram com que voltasse a aumentar o percentual de domicílios recebendo Bolsa Família (8,6%) e se reduziu a proporção de outros programas sociais (15,4%). Como já dito, a interrupção do pagamento do auxílio emergencial e a criação do Auxílio Brasil explicam o aumento do percentual de domicílios recebendo tal programa em 2022 (16,9%) e a redução da rubrica outros programas sociais para 1,5%.

As Regiões Norte e Nordeste continuaram com as maiores proporções de domicílios com beneficiários de programas sociais em 2022: respectivamente, 29,1% e 33,8%, recebiam rendimento do Auxílio Brasil; 5,5% e 5,3%, recebiam rendimento do BPC-LOAS; e 2,9% e 2,1%, recebiam rendimento de outros programas sociais. Por outro lado, a Região Sul tinha as menores proporções de domicílios com beneficiários do Auxílio Brasil (6,3%) e do BPC-LOAS (2,2%). Já a Região Sudeste tinha a menor proporção de domicílios com beneficiários de outros programas sociais (0,9%).

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* cresceu 7,3% de 2012 a 2019 (de R\$ 1 555 para R\$ 1 668), quando atingiu o maior valor da série histórica. Com a pandemia de COVID-19, o rendimento domiciliar *per capita* perdeu valor, caindo 4,3% em 2020 e 7,0% em 2021, quando foi estimado em R\$ 1 484, o menor valor da série. Em 2022, no entanto, o rendimento médio domiciliar *per capita* voltou a crescer (6,9%), sendo estimado em R\$ 1 586.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o recebimento de programas sociais do governo (R\$)

Recebimento de programas sociais do governo	2012	2019	2020	2021	2022
Recebe Auxílio Brasil/Bolsa Família	464	428	449	400	533
Não recebe Auxílio Brasil/Bolsa Família	1 875	1 961	1 719	1 625	1 881
Recebe BPC-LOAS	866	901	937	864	900
Não recebe BPC-LOAS	1 576	1 699	1 619	1 505	1 615
Recebe outros programas sociais	776	816	913	675	814
Não recebe outros programas sociais	1 569	1 674	1 852	1 659	1 601

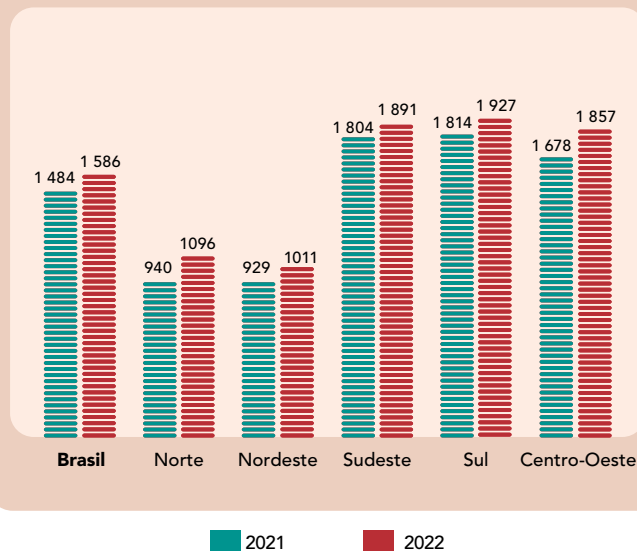
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Notas: 1. A preços médios de 2022.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

Nota: 1. A preços médios de 2022.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Acumulado de quintas visitas

As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores valores (R\$ 1 096 e R\$ 1 011, respectivamente), ao passo que as Regiões Sul e Sudeste se mantiveram com os maiores rendimentos (R\$ 1 927 e R\$ 1 891, nesta ordem). Entre 2021 e 2022, o rendimento médio domiciliar *per capita* aumentou em todas as Grandes Regiões, com destaque para a Norte (16,6%) e Centro-Oeste (10,7%). Se comparado a 2012, este também se valorizou em todas as Grandes Regiões, principalmente nas Regiões Norte (4,8%) e Nordeste (5,4%).

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* era diferenciado quando comparados os domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era do Programa Auxílio Brasil/Bolsa Família. O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios que recebiam o Auxílio Brasil, em 2022, foi de R\$ 533, e naqueles que não recebiam foi de R\$ 1 881. Para os domicílios que recebiam o BPC-LOAS o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 900 e para os que não recebiam, R\$ 1 615. Por sua vez, nos domicílios que recebiam outros programas sociais o rendimento médio foi de R\$ 814, frente a R\$ 1 601 naqueles que não recebiam.

Vale destacar que o recebimento de Auxílio Brasil, em 2022, com valores de benefício superiores aos usualmente pagos pelo Bolsa Família, fez com que o rendimento médio domiciliar *per capita* se valorizasse em 33,3% no período, passando de R\$ 400 para R\$ 533. Para os domicílios sem nenhum beneficiário do programa, o aumento foi menor, mas ainda significativo (15,8%).

Indicadores de concentração de rendimento

Distribuição por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita*¹⁰

Ao observar a estratificação em classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento mensal real domiciliar *per capita* em 2022, constatou-se que aproximadamente metade da população com menores rendimentos recebeu, em média, R\$ 537. Se comparado a 2021 (R\$ 455), que havia sido o menor valor da série, esse rendimento foi 18,0% maior, enquanto, na comparação com 2012 (R\$ 491), houve aumento de 9,4% na média nacional.

Na análise regional, observam-se diferenças importantes na ordem de grandeza dos rendimentos locais. A Região Sul (R\$ 790) apresentou a maior média de rendimento domiciliar *per capita* para a metade da população com menores rendimentos em 2022, e as Regiões Norte (R\$ 384) e Nordeste (R\$ 348), as menores. Entre 2021 e 2022, todas as Grandes Regiões tiveram crescimento no rendimento médio da primeira metade da distribuição, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste, onde os ganhos foram de 26,7% e 26,1%, o que pode ter relação com o recebimento do Auxílio Brasil bem como com a recuperação do mercado de trabalho.

Na comparação entre 2021 e 2022, houve aumento do rendimento domiciliar *per capita* médio em quase todas as classes de rendimento, mas com maior intensidade na primeira metade da distribuição, onde os ganhos ficaram acima dos 10%, chegando a quase 50% na classe mais de 5% até 10% e mais que dobrando de valor na classe até 5%. A única classe em que houve perda de valor, ainda que marginal, foi entre o 1% de maiores rendimentos.

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* dos 50% da população com menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões (R\$)

Brasil e Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> dos 50% da população com menores rendimentos (R\$)		
	2012	2021	2022
Brasil	491	455	537
Norte	327	303	384
Nordeste	302	276	348
Sudeste	654	592	680
Sul	743	734	790
Centro-Oeste	618	582	695

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Notas: 1. A preços médios de 2022.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P50 representa aproximadamente 50% da população com menores rendimentos.

4. Para 2012, acumulado de primeiras visitas. Para 2021-2022, acumulado de quintas visitas.

De 2012 para 2022 também houve aumento do rendimento domiciliar *per capita* médio em quase toda a distribuição, sobretudo na primeira metade da distribuição. Por outro lado, a classe mais de 95% a 99% apresentou redução de 3,8% na comparação com a estimativa de 2012, enquanto a classe mais 99% a 100% diminuiu 7,1% no período.

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$)

	até 5%	mais de 5% até 10%	mais de 10% até 20%	mais de 20% até 30%	mais de 30% até 40%	mais de 40% até 50%	mais de 50% até 60%	mais de 60% até 70%	mais de 70% até 80%	mais de 80% até 90%	mais de 90% até 95%	mais de 95% até 99%	mais de 99% até 100%
2012	82	217	344	493	645	824	1 045	1 283	1 680	2 430	3 821	7 152	18 772
2021	43	162	308	460	615	790	1 015	1 249	1 619	2 347	3 686	6 845	17 494
2022	87	239	378	547	703	891	1 120	1 342	1 747	2 521	3 901	6 882	17 447
Variação 2022-2021	↑102,3%	↑47,5%	↑22,7%	↑18,9%	↑14,3%	↑12,8%	↑10,3%	↑7,4%	↑7,9%	↑7,4%	↑5,8%	↑0,5%	↓0,3%
Variação 2022-2012	↑6,1%	↑10,1%	↑9,9%	↑11,0%	↑9,0%	↑8,1%	↑7,2%	↑4,6%	↑4,0%	↑3,7%	↑2,1%	↓3,8%	↓7,1%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Notas: 1. A preços médios de 2022.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 5% representa o P5 com aproximadamente 5% da população com menores rendimentos; a classe mais de 5% até 10% representa aproximadamente mais de 5% até 10% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Para 2012, acumulado de primeiras visitas. Para 2021-2022, acumulado de quintas visitas.

¹⁰ A fórmula de cálculo das estatísticas por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento aloca pessoas com igual rendimento no mesmo percentil da distribuição, ainda que isso afete a proporção exata de pessoas em cada classe. Desta forma, as classes apresentadas neste tópico corresponderão, aproximadamente, ao percentual indicado. Para informações mais detalhadas, ver Anexo 10 das Notas técnicas: versão 1.12 da PNAD Contínua, no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notas-tecnicas>.

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* entre o último percentil de pessoas com maiores rendimentos e a metade da população com os menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões

Brasil e Grandes Regiões	Razão do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> entre o último percentil de pessoas com maiores rendimentos e a metade da população com os menores rendimentos										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Brasil	38,2	35,8	33,4	33,9	36,5	37,3	39,5	39,9	34,8	38,4	32,5
Norte	40,6	43,0	34,5	34,7	33,7	38,4	42,3	36,2	28,5	36,3	31,4
Nordeste	41,6	39,8	38,1	37,2	42,6	49,0	39,7	45,9	38,3	43,8	37,4
Sudeste	33,1	31,1	29,2	31,1	32,1	31,4	36,8	36,3	32,8	34,9	28,8
Sul	26,1	22,5	22,3	20,7	23,1	23,2	24,1	24,1	22,8	22,6	21,5
Centro-Oeste	35,2	30,2	28,3	30,4	30,7	31,4	28,6	28,9	27,4	29,7	26,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022.

Notas: 1. A preços médios de 2022.

2. Na composição do rendimento domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P50 representa aproximadamente 50% da população com menores rendimentos e o último percentil representa aproximadamente 1% da população com maiores rendimentos.

4. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

A análise da concentração de renda por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento domiciliar *per capita* mostrou, em 2022, que as pessoas que estavam no último percentil de rendimento, ou seja, aquelas que faziam parte do 1% da população com rendimentos mais elevados (cujo rendimento médio mensal real era R\$ 17 447) recebiam, em média, 32,5 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos (cujo rendimento médio mensal real era R\$ 537). Esta razão entre o rendimento médio do último percentil de pessoas com maiores rendimentos e o rendimento médio da metade da população com os menores rendimentos mostrou trajetória de redução de 2012 (38,2 vezes) até 2014 (33,4 vezes), a partir de quando voltou a crescer até alcançar o pico da série (39,9 vezes) em 2019. No início da pandemia do novo coronavírus, em 2020, a razão se reduziu para 34,8 vezes, devido a alterações ocorridas na composição do rendimento domiciliar com maior peso de outras fontes de renda, sobretudo outros rendimentos como o auxílio emergencial. Entretanto, em 2021, com a flexibilização das medidas sanitárias – que permitiu a retomada do mercado de trabalho – e os ajustes realizados no auxílio emergencial, essa razão voltou a aumentar (38,4 vezes). Com o aumento significativo da ocupação e o pagamento de valores mais altos aos beneficiários do Auxílio Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família, em 2022 esta razão caiu para o menor valor da série (32,5 vezes).

Em termos regionais, observou-se que a Região Nordeste apresentou a maior razão (37,4 vezes), seguida pela Região Norte (31,4 vezes), ao passo que a Sul continuou a apresentar a menor razão (21,5 vezes). Entre 2021 e 2022, essa razão se reduziu em todas as Grandes Regiões, com destaque para as Regiões Nordeste (-6,4 vezes) e Sudeste (-6,0 vezes).

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*

Entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução da desigualdade do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* (de 0,540 para 0,524), que foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, chegando ao maior valor da série histórica em 2018 (0,545). Após relativa estabilidade em 2019 (0,544), o índice de Gini se reduziu para 0,524 em 2020, mas voltou a aumentar em 2021 para o mesmo patamar de 2019 (0,544). No entanto, em 2022, o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* caiu ao menor valor da série, 0,518.

Como já observado por meio de outras medidas de desigualdade, a Região Nordeste se manteve com o maior índice de Gini em 2022 (0,517), ao passo que a Região Sul apresentou o menor índice (0,458). Entre 2021 e 2022, a desigualdade medida pelo Gini diminuiu em todas as Grandes Regiões, sobretudo nas Regiões Nordeste (de 0,556 para 0,517) e Sudeste (0,533 para 0,505), onde o índice de Gini chegou ao menor valor da série, o que também ocorreu na Região Centro-Oeste (0,493).

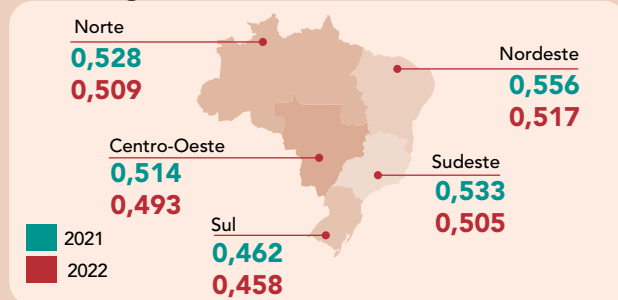
Como visto anteriormente, houve forte redução da desigualdade do rendimento do trabalho em todas as Grandes Regiões devido, sobretudo, ao ganho de ocupação ocorrido em 2022. Essa melhora do mercado de trabalho, aliada ao fato de a renda do trabalho ser a principal fonte de renda dos domicílios, pode sugerir esse canal como importante meio para a redução da desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* no período. Além disso, outro fator relevante é o pagamento dos benefícios do Auxílio Brasil, cujos valores médios superiores ao antigo Programa Bolsa Família, podem ter contribuído para os ganhos de rendimento domiciliar ocorridos na primeira metade da distribuição de renda em 2022.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões

Brasil

2012	2013	2014	2015	2016	
0,540	0,532	0,526	0,524	0,537	
2017	2018	2019	2020	2021	2022
0,539	0,545	0,544	0,524	0,544	0,518

Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022.

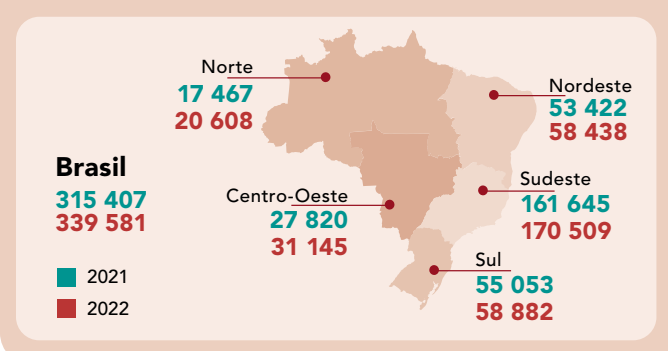
Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Para o período 2012-2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020-2022, acumulado de quintas visitas.

Contudo, entre 2021 e 2022, o grupo dos 10% com maiores rendimentos perdeu participação na massa de rendimento domiciliar per capita (2,0 pontos percentuais), enquanto os décimos de menor rendimento tiveram variação positiva.

Massa do rendimento mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (milhões R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

Nota: 1. A preços médios de 2022.

2. Na composição do rendimento domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Acumulado de quintas visitas.

Massa de rendimento mensal real domiciliar per capita

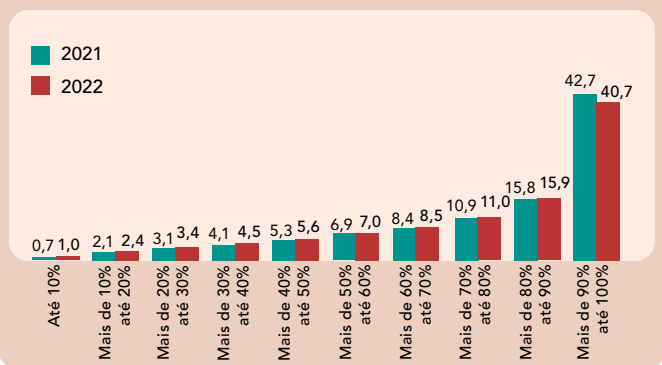
A massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita totalizou R\$ 339,6 bilhões em 2022, 7,7% maior do que o estimado para 2021, cujo valor foi de R\$ 315,4 bilhões.

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento do País (R\$ 170,5 bilhões), o que correspondia a 50,2% da massa total. As Regiões Sul (R\$ 58,9 bilhões) e Nordeste (R\$ 58,4 bilhões) produziram juntas cerca de 1/3 da massa do País, enquanto as Regiões Norte (R\$ 20,6 bilhões) e Centro-Oeste (R\$ 31,1 bilhões) foram responsáveis pelo equivalente a 6,1% e 9,2%, respectivamente.

Entre 2021 e 2022, todas as Grandes Regiões apresentaram aumento na massa de rendimento domiciliar per capita, com destaque para a Norte, onde a massa subiu 18,0%.

A parcela dos 10% com os menores rendimentos da população detinha 1,0% da massa, vis-à-vis 40,7% dos 10% com os maiores rendimentos em 2022. Além disso, cabe destacar que este último grupo possuía uma parcela da massa de rendimento quase equivalente à dos 80% da população com os menores rendimentos (43,4%).

Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar per capita, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2022.

Nota: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 10% representa o P10 com aproximadamente 10% da população com menores rendimentos; a classe mais de 10% até 20% representa aproximadamente mais de 10% até 20% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Acumulado de quintas visitas.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de População
e Indicadores Sociais

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Freepik

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.

[f /ibgeoficial](#) [i /ibgeoficial](#) [t /@ibgeoficial](#)

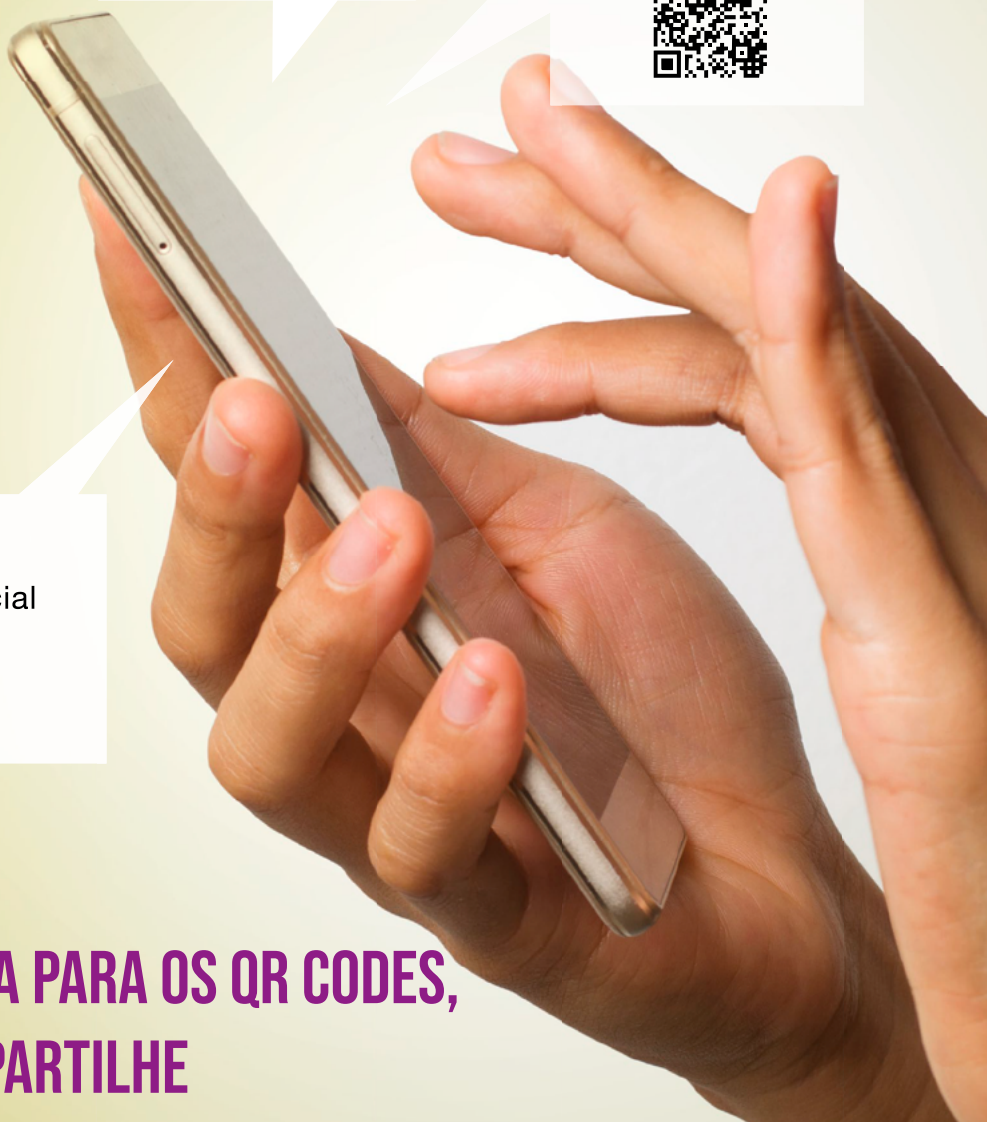
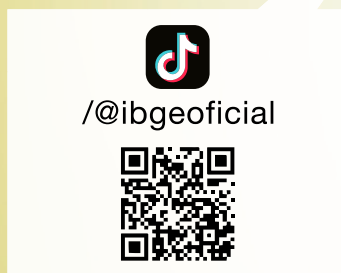
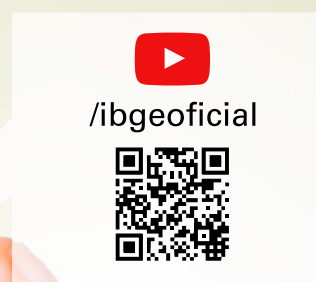
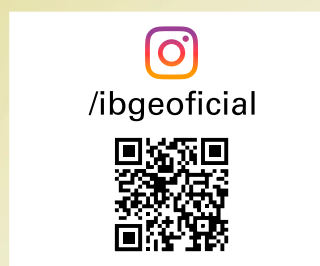
[y /ibgecomunica](#) [v /ibgeoficial](#)



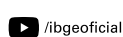
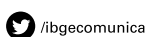
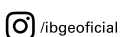
Saiba mais sobre a
pesquisa

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



APONTE SUA CÂMERA PARA OS QR CODES,
ACESSE, USE E COMPARTILHE



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



www.ibge.gov.br 0800 721 8181